

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO

Reprodução / Redes sociais



Flávio Bolsonaro com Donald Trump no Salão Oval

E se Lula empurrar custo de vida para Flávio?

O cientista político Benedito Tadeu Cesar, professor aposentado da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), observa que o entreencontro com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reúne ao mesmo tempo os dois temas principais do debate eleitoral brasileiro: segurança pública e aumento do custo de vida. Trump recebeu o candidato do PL à Presidência, senador Flávio Bolsonaro (RJ), no Salão Oval da Casa Branca. Dois dias depois, classificou o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas. Se tivesse parado aí, considera Tadeu Cesar, talvez fosse um tento importante para Flávio. Mas uma semana depois, Trump ameaça o Brasil com um novo tarifaço de 25% por razões diversas, inclusive o Pix.

Terrorismo tinha apelo para eleitorado

Para o cientista político, mesmo com os riscos quanto à soberania brasileira, a classificação de terrorismo para as facções tem apelo sobre o eleitorado de direita que Flávio almeja, especialmente com relação às camadas mais pobres, que mais diretamente convivem com o crime organizado. Os riscos estão relacionados a possíveis efeitos sobre empresas brasileiras, imigrantes nos EUA, etc. A nova sobretaxação, porém, traz novo prejuízo.



Ascensão de Caiado viraria novo desafio para Lula

Tarifaço 2 traz prejuízo igual

O tarifaço 2 ameaçado agora por Trump tem o mesmo potencial de prejuízo do primeiro. Naquela ocasião, o irmão de Flávio, Eduardo Bolsonaro, alardeava que a sobretaxação era consequência das conversas que teve com o governo dos EUA. Ao comemorar com vigor algo que impactava a economia brasileira, Eduardo viu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva alcançar seus melhores momentos de popularidade. Depois, Flávio encostou em Lula na corrida eleitoral, mas agora começa de novo a perder terreno.

Pix ganhou o gosto nacional

O Pix foi implementado no país quando o pai de Flávio, Jair Bolsonaro, era presidente. Trump agora ameaça uma conquista que o país abraçou. Segundo dados do Banco Central, 93% da população usa o sistema. O Brasil tornou-se o segundo país do mundo em volume de transações instantâneas, perdendo somente para a Índia. O Pix movimentou R\$ 35,4 trilhões no ano passado.

Calo de Lula

Tadeu Cesar observa que a sensação de aumento no custo de vida é hoje o grande calo enfrentado por Lula. Essa sensação vem do alto endividamento das famílias, com as taxas de juros. Se o tarifaço, porém, impactar nos preços e aumentar a inflação, Lula poderá empurrar para Flávio a conta do custo de vida.

Apelo

Flávio sabe do risco que a situação produziu. Tanto que se apressou em escrever uma carta ao secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, pedindo que o país não sobretaxe o Brasil. Lula também sabe da oportunidade. Tanto que envolveu Flávio diretamente na decisão tomada pelos Estados Unidos.

Pesquisa

Para Tadeu Cesar, o novo fato complica o que já não era fácil para Flávio. A pesquisa Real Time Big Data divulgada na segunda (1o) já mostrava que o encontro com Trump não reduzira a queda do candidato do PL nas pesquisas. Ele, porém, observa que isso pode não ser necessariamente um trunfo para Lula.

Caiado

No caso, Benedito Tadeu Cesar observa o início de uma transferência de votos à direita para o candidato do PSD, Ronaldo Caiado. Na simulação de segundo turno, ele aparece em rigoroso empate com Lula, 43% a 43%. Lula também empata na margem de erro com o candidato do Novo, Romeu Zema, mas é Caiado quem pode assustar.

PSD

Caiado tem a seu favor, observa o professor, o fato de ser candidato pelo PSD, hoje um dos maiores partidos do país. Comandado por Gilberto Kassab, que se esforça para ser o supracumulado do centro político. Para Tadeu Cesar, se ele cresce, tem potencial tração para levar consigo o voto moderado.

Complica

O cientista político pondera que Caiado segue precisando conseguir chegar ao segundo turno. No quadro estimulado, ele só tem 6%, enquanto Flávio Bolsonaro tem 31%. Mas a novidade da pesquisa não pode ser ignorada. A soma das suas próprias características com as do PSD pode ser para Lula um desafio novo.



Pedido de vista de Gilmar gera dúvidas sobre elegibilidade

Impasse sobre Ficha Limpa gera insegurança

Pedido de vista de Gilmar Mendes pode produzir dúvida

Por Gabriela Gallo

Faltando quatro meses para as eleições gerais, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem uma pendência que impactará diretamente candidaturas: a Lei da Ficha Limpa.

Com o pedido de vista do decano do STF, ministro Gilmar Mendes, do julgamento em plenário virtual da Corte que julgava a constitucionalidade da Lei Complementar nº 219/2025, aprovada no Congresso Nacional (que altera o texto da Lei da Ficha Limpa reduzindo o período de tempo da inelegibilidade do condenado), há chances de o Supremo retomar o julgamento somente no final do mês de agosto. Isso porque os pedidos de vista têm prazo de 90 dias para serem cumpridos.

Considerando o calendário para as eleições gerais deste ano, estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o prazo limite para partidos e federações partidárias realizarem o registro de candidaturas de seus representantes termina em 15 de agosto. A partir de 16 de agosto, começa o período da propaganda eleitoral gratuita.

Diante disso, há o grande risco de o Supremo retomar o julgamento somente depois do registro das candidaturas, criando candidatos que não saberão exatamente se ao final estarão elegíveis ou não. Atualmente, o pla-

car sobre a constitucionalidade da lei está com dois votos contrários (da relatora do caso, ministra Cármen Lúcia e do ministro Luiz Fux).

Ao Correio da Manhã, o professor de direito penal do Ibmec Brasília Tédney Moreira reiterou que esse julgamento no STF “ocorre em um momento extremamente sensível por coincidir com o calendário eleitoral”.

“Como o pedido de vista do ministro Gilmar Mendes pode ultrapassar o prazo de registro de candidaturas, há possibilidade de candidatos potencialmente beneficiados pela nova regra registrarem suas candidaturas antes de uma definição definitiva da Corte”, ele destacou.

Dentre os pré-candidatos que são beneficiados com a nova contagem de tempo, estão os ex-governadores do Rio de Janeiro e do Distrito Federal Anthony Garotinho (Republicanos) e José Roberto Arruda (PSD), e o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (Republicanos).

“Caso o STF posteriormente considere a lei inconstitucional, o cenário pode gerar forte judicialização eleitoral, com candidaturas sob julgamento, insegurança sobre a validade dos votos e questionamentos sobre a legitimidade do resultado das eleições. Dependendo do estágio do processo eleitoral, candidatos podem disputar a eleição, serem eleitos e depois terem o mandato cassado”.